

31 de maio de 2021

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*



Fonte: Simexmin  
Data: 31/05/2021



## **LICITAÇÃO DA JAZIDA DE COBRE DE BOM JARDIM (GO) FICA MAIS ATRATIVA APÓS A INCLUSÃO DE ÁREAS DA ANM**

*A boa notícia é que essas áreas estão localizadas no entorno do depósito de Bom Jardim, do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM). Juntas, as áreas somam mais de 10.000 ha, com grande potencial para continuidade da mineralização de cobre, cobalto e ouro.*

A Agência Nacional de Mineração (ANM), em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parceria de Investimentos (SPPI) do Ministério da Economia, incluiu áreas que apresentam grande potencial para a continuidade da mineralização de Cobre, Cobalto e Ouro já identificados no Projeto Cobre Bom Jardim de Goiás, do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM). Após as etapas legais previstas por lei, este projeto receberá ofertas de empresas interessadas na aquisição dos ativos minerários da região durante o certame agendado para o próximo dia 10 de junho, às 10h, no escritório do SGB/CPRM no Rio de Janeiro.

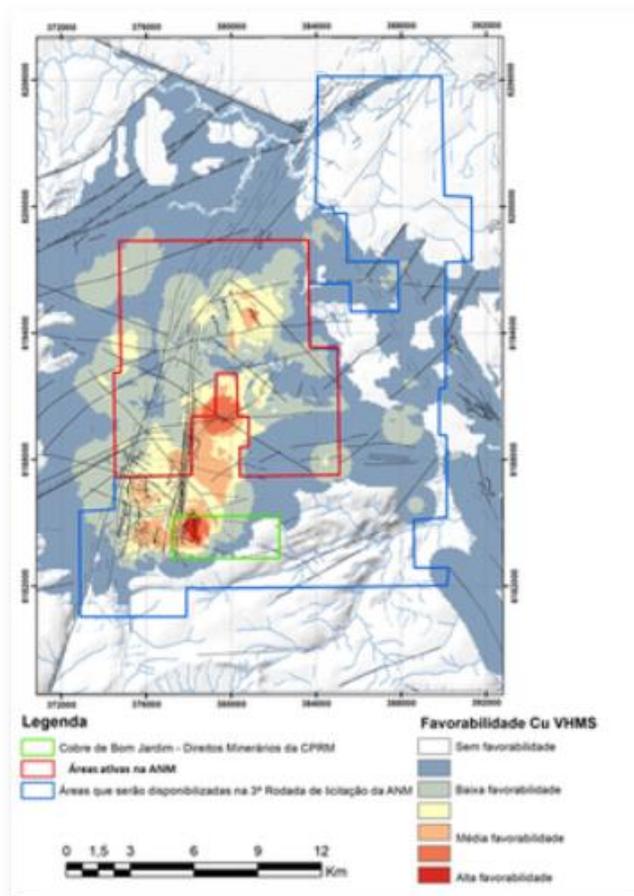
O projeto do SGB/CPRM corresponde a um ativo minerário de 1.00 ha que apresenta estudos detalhados da mineralização e recursos. O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Serviço Geológico do Brasil, e a ANM estão trabalhando em conjunto para a divulgação da licitação dos ativos minerários do Projeto Cobre Bom Jardim de Goiás, com 4,5 milhões de toneladas de minério com 0,57% de cobre. Já as áreas em disponibilidade da ANM que serão licitadas na 3ª rodada correspondem a 11 processos minerários no entorno do projeto da do SGB/CPRM.

No Projeto Oeste de Goiás, o Serviço Geológico do Brasil realizou estudos recentes que contaram com mapeamento geológico, levantamentos geofísicos e geoquímicos. Este trabalho revelou novas perspectivas para o depósito de cobre de Bom Jardim, sugerindo a continuidade do corpo mineralizado.

Com isso, estima-se que o projeto englobando ambas as áreas a serem licitadas pelo SGB/CPRM e ANM apresenta grande potencial para incremento dos recursos minerários já identificados no Projeto Bom Jardim, principalmente a Norte e Oeste do minério já identificado.

A partir dos dados levantados pela SGB/CPRM foi elaborado um mapa de favorabilidade para presença de minério de cobre no entorno do projeto Cobre Bom Jardim. O mapa foi elaborado por meio da interpretação dos dados de mapeamento geológico, medidas estruturais, levantamentos geofísicos e geoquímicos, em conjunto com

informações e conceitos estabelecidos para o tipo de mineralização, e indica quais áreas são favoráveis para a presença do minério de cobre.



A licitação do Projeto Cobre Bom Jardim do SGB/CPRM ocorrerá no dia 10 de junho de 2021 na sede da empresa no Rio de Janeiro. Para mais informações acesse <https://bit.ly/3vc4Cqj> .

Já o edital de disponibilidade das áreas da ANM ocorrerá no formato on line através de sistema no qual o interessado indica quais áreas gostaria de arrematas. Outras informações estão disponíveis no link [sople.anm.gov.br/porta/publico](https://sople.anm.gov.br/porta/publico) .

**Fonte: CPRM**

**Data: 21/05/2021**



#### **DRC CONCENTRATE EXPORT BAN MAY TIGHTEN GLOBAL COPPER, COBALT SUPPLY**

The Democratic Republic of Congo has reinstated an export ban on copper and cobalt concentrates, but will allow mining companies that hold waivers to continue with shipments.

Congo, the world's no.1 cobalt producer and Africa's biggest copper miner, banned exports of concentrates in 2013 to encourage miners to process and refine the ore locally.

Insufficient smelting capacity, however, has driven the Congolese government to repeatedly issue waivers. In August last year, the mining ministry granted an indefinite moratorium for all minerals exports, except copper concentrate, pending discussions with miners.

The ban freeze ended on April 12 and was replaced by a framework allowing the Minister of Mines to grant individual exceptions on a case-by-case basis following an application by an interested party.

Canada's Ivanhoe Mines (TSX: IVN), which announced the beginning of copper concentrate production at its Kamoakakula project in the DRC this week, said on Friday the export ban is unlikely to affect the operation.

"The rules recognize that a derogation may be justified for a number of reasons," president and CFO Marna Cloete said in a statement. "Kamoakakula Copper has filed the necessary application materials and we have had constructive discussions with the Minister of Mines on obtaining a derogation for Kamoakakula given current limitations on smelting capacity in-country."

Haut-Katanga Governor, Jacques Kyabula Katwe, told Reuters on Friday the country was still dealing with power deficits, which prevents mining companies from building processing facilities

“It’s better to let them [mining companies] work, but that they show us their plans for increasing smelting capacity,” he said.

Ivanhoe said the company will utilize local smelter capacity as much as possible, and is assessing the construction of its own smelting complex at Kamoia-Kakula to produce blister and anode copper.

Historic moment

Kicking off production at Kakula, the first mine planned at Ivanhoe’s concession, marked a momentous event for the copper market.

Most of the current top producing mines are decades old and, except rare exceptions such as SolGold’s Cascabel in Ecuador and Anglo American’s Quellaveco project in Peru, there haven’t been major new discoveries in years.

While copper projects are in the pipeline, producers are wary of repeating oversupply mistakes of past cycles by speeding up plans at a time when mines are getting a lot trickier and pricier to build — one reason why copper prices have traded near decade highs at above \$10,000 a tonne.

A ban on exports of such metals from the DRC could put more pressure on global copper, cobalt supply. Analysts expect shortages in both markets to become evident next year.

The copper industry needs to spend upwards of \$100 billion to close what could be an annual supply deficit of 4.7 million metric tonnes by 2030, according to estimates from CRU Group. The potential shortfall could reach 10 million tonnes if no mines get built, commodities trader Trafigura has said.

Commodity trader and miner Glencore (LON: GLEN) is expected to restart operations at its DRC operation in 2022. Mutanda is the world’s biggest cobalt mine and also produces large amounts of copper.

Resumption of operations at the mine could help ease forecast undersupply, potentially capping further price gains.

**Fonte: Mining.com**

**Data: 28/05/2021**



#### **GOLDMAN SAYS CHINA IS NO LONGER CENTER OF COMMODITIES PRICING**

Goldman Sachs said it no longer saw China as the center of commodities pricing, reasoning the pace of demand recovery in developed markets suggested Beijing as a buyer has been crowded out by Western consumers.

“The bullish commodity thesis is neither about Chinese speculators nor Chinese demand growth. It is about scarcity and the DM-led recovery,” the bank said in a note dated May 27.

While commodity prices fell after Chinese warnings over onshore speculation, “the fundamental path in key commodities such as oil, copper and soybeans remains orientated towards incremental tightness in H2, with scant evidence of a supply response sufficient to derail this bull market.”

The market is beginning to reflect this, as copper prices are increasingly driven by Western manufacturing data rather than their Chinese counterparts, it said.

“This is a role reversal from the bull market of the 2000’s, with China now the incumbent consumer as the U.S. was when emerging Chinese demand squeezed out marginal U.S. consumers,” Goldman said.

China is the world’s biggest market for copper, coal and iron ore.

Earlier this month, China’s cabinet said Beijing would manage “unreasonable” price increases for copper, coal, steel, and iron ore.

Those commodities, of which China is the world’s biggest user, have surged this year on rising demand as lockdowns to curb the COVID-19 pandemic have eased and government stimulus has boosted consumer spending globally.

Goldman said the immediate reason for the greater U.S. pricing power is the large U.S. fiscal stimulus that is absent in China, adding that China no longer benefits as much from its comparative advantage in low-cost labour and global trade.

“This ultimately creates a weaker margin setting onshore. With scarcity starting to generate shortages and higher prices, the Chinese are the first consumers to be priced out”.

**Fonte: Reuters**

**Data: 28/05/2021**

## MINÉRIO DE FERRO SALTA MAIS DE 5% NA SESSÃO, MAS ENCERRA SEMANA EM BAIXA

Os contratos futuros do **minério de ferro** da **Ásia** saltaram nesta sexta-feira, sustentados pela campanha acelerada da **China** para conter a produção de aço e atingir sua meta de emissão de carbono.

Entretanto, os preços tiveram o terceiro declínio semanal consecutivo, já que as preocupações com o controle das cotações persistem.

O minério de ferro para entrega em setembro na Bolsa de **Commodities** de Dalian subiu 5,2%, para 1.074,50 yuanes (168,51 dólares) a tonelada. O contrato mais negociado, no entanto, caiu mais de 5% até agora nesta semana.

O minério de ferro para junho na bolsa de **Cingapura** avançou 1,6%, para 186 dólares a tonelada.

As recentes declarações do governo da maior produtora de aço sobre as reformas da capacidade de aço geraram preocupações sobre as perspectivas de oferta restrita, levando os preços a níveis recordes no início deste mês.

Os preços em alta levaram a margens fortes, incentivando os produtores de aço a aumentar a produção e as compras de minério de ferro.

Mas isso alimentou as preocupações com a inflação, levando as autoridades a alertar contra ganhos de preços “irracionais”

O preço spot de referência do minério de ferro de 62%, que atingiu um recorde de 232,50 dólares a tonelada em 12 de maio, está agora sendo negociado a cerca de 192 dólares.

Os mercados de commodities têm visto um aumento acentuado na volatilidade após o premiê chinês Li Keqiang reiterar sobre a importância de controlar os preços superaquecidos das commodities em uma recente reunião de gabinete, disseram analistas do JP Morgan em uma nota.

**Fonte: Money Times**

**Data: 28/05/2021**



## MAIOR CHANCE DE INVESTIMENTOS COM EDITAIS

A Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM) realizou estudo sobre o cenário e as oportunidades das ofertas públicas de áreas em disponibilidade promovida pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O documento faz uma análise das três rodadas de ofertas públicas e leilões e a competitividade dos certames que visam impulsionar a pesquisa mineral no país.

A avaliação considera as ofertas públicas importantes para novos investimentos no setor mineral do Brasil. O estudo aborda que o novo sistema de disponibilidade de áreas da ANM, totalmente eletrônico, vai reduzir recursos administrativos e reclamações judiciais, além de eliminar o passivo das áreas retidas na base da agência, que chega a 52 mil processos aptos a serem licitados pela nova metodologia.

O procedimento envolve duas etapas no mesmo edital. A primeira etapa consiste na disponibilidade das áreas relacionadas aos processos minerários em que os interessados manifestarão interesse. Quando houver apenas um interessado, o direito de prioridade de requerer o processo minerário é assegurado ao próprio, que terá um prazo após o leilão para exercer o direito de prioridade de requerer a área. Nessa fase, não há contrapartida financeira por parte do requerente, tão somente as despesas com os emolumentos.

Nos casos com mais interessados é adotada a contrapartida financeira como critério de desempate, que é também ofertada como “lance” sigiloso em valor proporcional ao nível de interesse do investidor pela área. “Esperamos o aumento do volume de investimento em exploração mineral no Brasil com captação de recursos em bolsas e fundos de investimentos e consequente elevação nas contratações profissionais e prestadores de serviços, com fortalecimento da cadeia de fornecedores, com execução de serviços de geologia de campo, geofísica, sondagens, análises de laboratório e assim, inaugurar um novo ciclo virtuoso para a mineração brasileira”, comenta Luís Mauricio Azevedo, presidente da ABPM.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 27/05/2021**

## PARÁ ALTERA TAXA E DESAGRADA MINERADORAS

*Mudança de cálculo pode triplicar receita do governo estadual com imposto sobre minérios*

Enquanto as atenções se voltam para a alta de preços do minério de ferro no mercado internacional, o Pará decidiu mudar a forma de cálculo da taxa estadual do setor de mineração, o que causou reação imediata das empresas.

A alteração poderia triplicar a receita do governo paraense com a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), mas a mudança de cálculo da cobrança resultou em ação judicial no início deste mês da Vale e da Salobo Metais, braço de exploração de cobre da companhia. Uma outra ação judicial também foi movida em abril pelo Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase).

Nesta semana, as empresas e o sindicato desistiram das suas respectivas ações. A Fazenda paraense não comenta casos específicos, mas informa que mantém a alteração de cálculo da taxa e que haverá cobrança da diferença caso o recolhimento seja menor que o considerado como devido. Em abril, a receita com a taxa foi de apenas R\$ 5 milhões, contra R\$ 42 milhões em igual mês do ano passado, diz o secretário de Fazenda do Pará, René de Oliveira e Sousa Júnior.

Procurada, a Vale informou que “não tem comentários” sobre o assunto. O escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, que representa as companhias e o sindicato nas ações, também não se manifestou.

Por meio de um decreto de março, o governo paraense mudou a forma de cálculo da taxa estadual sobre vários minérios, explica Sousa Júnior. A cobrança da taxa foi estabelecida por lei de 2011 do Pará, mas vinha sendo cobrada com base em decreto de 2012. A taxa sobre o minério de ferro, por exemplo, diz, era de uma Unidade Padrão Fiscal (UPF) do Pará, mas vinha sendo cobrada com base em decreto de 2012. A taxa sobre o minério de ferro, por exemplo, diz, era de uma Unidade Padrão Fiscal (UPF) do Pará por tonelada, na extração. Isso, explica, valia para volumes de até 10 milhões de toneladas mensais. Para volumes superiores, a cobrança era de 0,2 de UPF. A UPF, um indexador que corrige as taxas cobradas pelo governo paraense, vale atualmente R\$ 3,7292. No ano passado, diz o secretário, a receita paraense com a taxa foi de R\$ 540 milhões. Com a mudança, estima, essa arrecadação seria de R\$ 1,5 bilhão.

Segundo Sousa Júnior, a maior demanda pelas commodities e os preços mais altos já fazem diferença na arrecadação estadual. No ano passado o ICMS arrecadado no setor de mineração aumentou cerca de 70% nominais em relação a 2019. Neste ano, de janeiro a abril, também houve aumento nesse mesmo nível na receita estadual com imposto do setor na comparação com iguais meses de 2020.

Os dados do governo federal mostram que no ano passado os embarques de minério de ferro e seus concentrados no Estado do Pará somaram US\$ 13,97 bilhões, com alta de 20% em relação ao ano anterior. A exportação de minério de cobre e seus concentrados somou US\$ 1,94 bilhão em 2020 e, ao lado do minério de ferro, respondeu por mais de 75% dos embarques totais do Estado no ano passado.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) informa que recebeu com surpresa a alteração das alíquotas da taxa estadual sobre extração de minério de ferro, cobre, níquel e manganês. A entidade defende que a taxa criada pela lei paraense de 2011 é inconstitucional. O valor cobrado, aponta a nota, é desproporcional aos custos de fiscalização a que se propõe a taxa. O instituto diz ainda que não houve qualquer alteração significativa nas operações a que se destina a taxa que possa justificar a elevação do valor cobrado das empresas neste momento. A legislação estadual vigente inclusive determina que a alteração das alíquotas só poderia acontecer no ano de 2031, defende o Ibram.

Flávio Penido, diretor-presidente do Ibram, lembra que a taxa é cobrada também pelo Amapá e por Minas Gerais e que já há discussão judicial sobre o tema em ações levadas ao Judiciário pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Penido lembra ainda que o setor recolhe a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que é administrada pela União, mas que tem recursos distribuídos a Estados e municípios.

**Fonte: Valor Econômico**

**Data: 27/05/2021**

### CHILE ROYALTY BILL COULD RISK 1 MILLION T OF FUTURE COPPER OUTPUT, GOLDMAN SACHS SAYS

A Chilean bill to ratchet up royalties on mining companies in the world's top copper producing nation could, if unaltered, put at risk some 1 million tonnes of annual output, representing around 4% of global copper supply, Goldman Sachs said in a note.

The legislation, which faces multiple procedural hurdles, including a discussion and vote in the senate, would impose a royalty as high as 75% on sales of copper as prices rise to pay for social programs during the COVID-19 pandemic, analysts say.

Goldman Sachs said more than half of the foreign-owned copper mines in Chile have tax stability agreements that expire in 2023, limiting immediate exposure to the bill's eventual passage. But future mine development would be in jeopardy, the note dated May 26 said.

"All else equal, we believe fiscal uncertainty will act as an overhang on mining companies' decision-making processes to sanction new projects, which could further exacerbate our expectations of a longer-term copper supply gap," Goldman Sachs said.

Mineral-rich Chile currently churns out 28% of the world's copper but has for more than a decade lost marketshare, hobbled by declining ore grades and ageing projects.

The royalty bill lands as political risk in the world's top producing region has soared, with higher taxes on miners proposed both in Chile and Peru, the world's No.2 producer of the metal.

Given the extent of their exposure to the Chilean market, Goldman said Anglo-American, BHP, Antofagasta and Lundin would likely take the biggest hit in 2024, after the tax agreements expire.

The global investment bank expects the copper price to be \$4.50/lb in 2024, which, under the legislation as currently written, would prompt a royalty rate of up to 75%.

That figure, however, could vary depending on the outcome of the Senate debate, and the potential modification of other laws that govern taxation of miners in Chile.

Chile's Senate is expected to take up the royalty bill in June.

**Fonte: Reuters**

**Data: 27/05/2021**

## Diário do Nordeste

### ITATAIA: CONSÓRCIO GALVANI-INB JÁ TEM PLANO LOGÍSTICO

O recebimento de matérias-primas e o envio de produtos acabados serão realizados com apoio da infraestrutura portuária cearense e de centros de distribuição a serem localizados em pontos estratégicos.

Já está desenhado o projeto logístico de distribuição dos fertilizantes e do fosfato bicálcico que serão produzidos no complexo industrial a ser construído ao lado da mina de urânio de Itataia, no município de Santa Quitéria, no sertão do Ceará, cuja exploração e beneficiamento serão feitos pelo consórcio integrado pelas empresas Galvani Fertilizantes e Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Tanto a exploração mineral quanto a industrialização do urânio fosfatado de Itataia deverão começar no próximo ano, logo após a emissão do licenciamento ambiental. Os investimentos previstos para o Projeto Santa Quitéria superam os US\$ 400 milhões.

A logística de transporte prevê a utilização dos modais rodoviário e hidroviário, o que livra o consórcio de uma dependência de um ramal da Ferrovia Transnordestina, em construção, que ligaria a futura planta industrial de Itataia aos portos do Pecém e Mucuripe. Esta informação foi transmitida à coluna pela Galvani Fertilizantes.

Segundo a empresa, "a rota via Arco Norte (que utilizará hidrovias) será utilizada para a distribuição nos estados da região Norte e Centro-Oeste; as entregas para a região Nordeste serão feitas por caminhões".

Ainda de acordo com a Galvani, o recebimento de matérias-primas e o envio de produtos acabados serão realizados com apoio da infraestrutura portuária cearense e de centros de distribuição a serem localizados em pontos estratégicos.

O concentrado de urânio será embalado em tambores especiais e transportado, por rodovias, até os portos de Mucuripe e Pecém, de onde seguirá para outro país para passar pela etapa conhecida como conversão, em que o concentrado será transformado em gás (hexafluoreto de urânio) e, posteriormente, enriquecido em isótopos 235, processo que poderá ser feito, em parte, no Brasil, na Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio da INB, em Resende (RJ).

Esse transporte será realizado até quatro vezes ao ano, obedecendo a medidas especiais de segurança, que incluirão um aparato de apoio da Polícia Federal e uma equipe de Proteção Física da INB, com o objetivo de garantir a integridade desse insumo energético de alto valor.

O Projeto Santa Quitéria – denominação oficial do empreendimento – está localizado na Fazenda Itataia, uma área de 4.042 hectares onde o consórcio instalará um complexo minero-industrial próximo à jazida de urânio e fosfato.

A fazenda está a 210 quilômetros a sudoeste de Fortaleza, no Centro-Norte do Estado.

O início da construção do complexo está previsto para 2022 e sua operação assistida, em 2024, condicionados à liberação das licenças ambientais pelos órgãos responsáveis (Ibama e CNEN).

A Galvani informa que não é possível, agora, determinar uma data exata para o início das obras e da operação minero-industrial, mas a expectativa é de que o projeto estará em funcionamento em 2024.

Ainda de acordo com o consórcio Galvani-INB, o Projeto Santa Quitéria foi idealizado para atender à demanda brasileira de fertilizantes e de geração de energia, o que revela a importância estratégica para o País, servindo também como atração de novos investimentos, gerando mais oportunidades de emprego e renda no interior.

O investimento para o Projeto Santa Quitéria é de US\$ 315 milhões. Além desse valor, a Galvani investirá US\$ 85 milhões em centros de distribuição, operações portuárias, unidades de mineração e beneficiamento e plantas químicas nas regiões Norte e Nordeste.

O consórcio informa que há investidores interessados em participar do empreendimento, que é altamente competitivo.

**Fonte: Diário do Nordeste**

**Data: 26/05/2021**



### **“A NOVA DISPONIBILIDADE DE ÁREAS”: WEBINAR VAI EXPLICAR O NOVO PROCESSO DE OFERTAS DA ANM**

*Evento de dois dias conta com debates entre ANM, setor privado e as pastas de Minas e Energia e Economia*

A Agência Nacional de Mineração promove nas próximas quinta e sexta-feira (27 e 28/05) o webinar “A Nova Disponibilidade de Áreas”, um debate com o setor mineral para explicar e tirar dúvidas sobre a nova forma de ofertar áreas da Agência.

“Vamos explicar como chegamos neste novo modelo e os resultados que obtivemos até agora. A ANM está caminhando para a modernidade, com o total apoio do setor mineral, e informatizar estes processos traz transparência e isonomia à concorrência das áreas disponibilizadas para pesquisa e lavra”, diz a diretora da ANM, Debora Puccini.

Planejamento e execução das rodadas, a página da disponibilidade de áreas e como funciona o SOPLE (Sistema de Oferta de Pública e Leilão de Áreas) são alguns dos painéis dos dois dias de evento, que conta com a participação dos diretores da ANM Victor Bicca, Debora Tocci e Carlos Cordeiro, do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal, do secretário para mineração do Programa de Parceria de Investimentos do Ministério da Economia, Frederico Munia, além de técnicos e profissionais do setor privado.

O webinar “A Nova Disponibilidade de Áreas” acontece pela plataforma do YouTube e é uma realização da ANM, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Economia.

#### **Disponibilidade de Áreas**

O projeto da ANM que tem como objetivo girar economicamente um passivo de cerca de 50 mil áreas que podem ser usadas para pesquisa e lavra, mas estavam paradas por falta ou demora na análise por parte antigo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). São projetos minerários já outorgados anteriormente, mas que retornaram à agência por diversos fatores, como perda do direito minerário dos antigos titulares, indeferimentos ou caducidade, provocados por abandono do empreendimento, desistência e inadimplência de obrigações.

A disponibilização de áreas da ANM entrou, em maio de 2020, para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, virando um dos projetos para fomentar o desenvolvimento social e econômico do país. A primeira rodada aconteceu em setembro do mesmo ano e ofertou, experimentalmente, 500 áreas para pesquisa. Em dezembro, aproximadamente 7 mil áreas foram disponibilizadas e a terceira rodada ofertou 2.762 áreas para pesquisa e lavra.

**Fonte: ANM**

**Data: 26/05/2021**

## INDÚSTRIA DE MINERAÇÃO NO PARANÁ CRESCEU 25,8% NO 1º TRIMESTRE

A produção das indústrias paranaenses de minerais não metálicos cresceu 25,8% no primeiro trimestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2020. Segundo dados da Produção Industrial Mensal Regional do Instituto Brasileiro de Geologia e Estatística (IBGE), o setor apresentou o segundo maior crescimento do País.

As áreas de extração também demonstram a robustez do setor. Em 2020, geraram R\$ 25,44 milhões de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e royalties. A mineração de areia e de rochas para a produção de brita e revestimento, ambas destinadas principalmente para uso na construção civil, são atualmente responsáveis por 62,7% do faturamento extrativista.

Os números apontam para alta depois dos primeiros impactos da pandemia. No primeiro semestre de 2020, a produção da indústria de transformação apresentava uma queda de 8,5%, enquanto o setor mineral não metálico, recuo de 4,2%. Ao longo do segundo semestre, toda a atividade industrial no Paraná apresentou forte retomada de crescimento da produção. Acompanhando essa trajetória, o setor de mineração no Estado encerrou o ano recuperando as perdas produtivas provocadas pela Covid-19 e apresentando crescimento de 8,1%.

No mercado externo, o setor teve o mesmo comportamento. Os fabricantes exportaram US\$ 97,7 milhões durante 2020. Do total, US\$ 60,8 milhões referentes a ladrilhos e placas (lajes), de cerâmica, cubos, pastilhas, louças sanitárias e tijolos. Em 2020, 27,7 mil pessoas estavam inseridas nesse setor no mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2021, o número subiu para 28,7 mil.

O economista da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Evanio Felipe, explica que um conjunto de variáveis influenciou esse resultado, entre elas o apoio do poder público – governos estadual e federal – ao facilitar o acesso a recursos, como mudanças nos prazos de recolhimento de tributos e, também, nos regimes de contratos de trabalho entre empresas e trabalhadores.

“De um modo geral os primeiros 90 dias foram importantes para entender a evolução da pandemia e, assim, ajustar os níveis de produção à nova realidade econômica, sobretudo ao novo comportamento da demanda”, afirma. A partir de abril, as empresas se moldaram às novas regras sanitárias.

Com relação ao apoio do governo, passaram a ter acesso às linhas de crédito com juros reduzidos, financiamentos mais acessíveis e alívio na carga tributária, postergando o recolhimento do ICMS devido pelas empresas do Simples Nacional, relativo ao regime de substituição tributária e o devido pelo diferencial de alíquota.

O Estado atuou também em renegociações contratuais, com a extensão de prazo para pagamentos de dívidas, e renovou automaticamente as condições do programa de incentivos fiscais por doze meses. São benefícios já aplicados em vários setores, entre eles o da indústria mineral de extração e transformação, predominada por micro e pequenas empresas.

**SUSTENTABILIDADE** – Presente na economia e com alta representatividade no desenvolvimento socioeconômico, a mineração está se tornando uma atividade cada dia mais sustentável no Estado do Paraná. Protagonista na fabricação de artefatos e cimento para a construção civil, o minerador paranaense investiu em tecnologia.

Fábio Pires Leal, presidente do Sindicato das Indústrias de Minerais não Metálicos do Paraná, explica que investimentos em tecnologia e adequação às normas ambientais, ditaram o ritmo econômico. A atuação da Sedest, por meio do IAT, contribui para que a mineração saia da condição de atividade de impacto ambiental.

Leal ressalta que o órgão faz um licenciamento rápido, diferentemente dos outros estados brasileiros. “Hoje o IAT é muito eficiente na fiscalização, no atendimento, e, também, bastante participativo. Isso induziu o crescimento, pois sabe que o empresário não pode esperar”, afirma.

Segundo o presidente, quanto mais desburocratizado for o processo, com respeito aos dispositivos legais, ao social, ao meio ambiente, menor o prejuízo. Ele acrescenta como exemplo o rejeito das minas que antes era desprezado no meio ambiente. Com tecnologia, é prensado e reutilizado, ou retorna para a cava da pedra.

O secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Márcio Nunes, acrescenta que o governo desburocratiza o sistema e também fiscaliza. “Atualmente, quem não se moderniza e adota uma política de preservação do meio ambiente perde venda”, completa. “Nossas ações são voltadas para fazer com que o crescimento econômico caminhe lado a lado com a preservação ambiental”.

Nunes ressalta que o consumidor busca qualidade e honestidade no produto adquirido. Isso só se torna possível com investimento em tecnologia e atendimento às normas jurídicas. Quem se enquadra a esse novo modelo de extração mineral continua crescendo. Esse comportamento mudou o conceito extrativista.

**Fonte: Agência de Notícias do Pará**

Data: 26/05/2021



### CPRM LANÇA CATÁLOGO DE PRODUTOS DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

*Catálogo traz mapeamentos geológicos e estudos de potencialidades minerais com objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável do país.*

O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) lança, nesta quarta-feira (26/5), em transmissão no YouTube, às 19h, o Catálogo de Produtos 2020, com mapeamentos geológicos e estudos de potencialidades minerais. Os produtos são desenvolvidos com objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável do país.

Empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a CPRM desenvolve mapeamentos geológicos sistemáticos que são a base do setor mineral do Brasil. O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que a CPRM tem se empenhado para escrever um novo capítulo na história do setor mineral no Brasil: “de prosperidade e desenvolvimento, com ganhos para todos e benefícios palpáveis para a sociedade”.

Segundo o secretário de Geologia e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal, o programa de investigações geológicas, em curso na CPRM, está estruturado para aperfeiçoar a escala do mapeamento geológico no Brasil em províncias minerais consolidadas e, sobretudo, em novas fronteiras de exploração mineral. “Essa atuação integra a política mineral do país, cujos princípios e principais instrumentos reafirmam nosso compromisso com a sustentabilidade e a pesquisa geológica, base de qualquer atividade mineral”, relata o secretário.

Em 2020, marcado pela pandemia de Covid-19, a CPRM passou por adaptações tecnológicas após a suspensão das atividades de campo da empresa. O foco foi a elaboração de produtos técnicos e bases de dados geocientíficos, que foram concluídos e disponibilizados para consulta e download no GeoSGB e no Repositório Institucional de Geociências, plataformas corporativas do SGB/CPRM.

Em 2020, foram publicados 40 mapas geológicos e 23 mapas geológico-geofísicos nas escalas 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000, todos resultantes de levantamentos realizados em 12 projetos distintos.

Fonte: MME

Data: 25/05/2021



### AVANÇOS E MENOS RISCOS NO PROJETO POSSE

A Amarillo Gold Corporation anuncia que continua à procura da melhor opção de financiamento de construção para seus acionistas. “Garantir o equilíbrio do financiamento da construção para o nosso Projeto de ouro Posse está demorando mais do que o previsto”, disse Mike Mutchler, CEO da Amarillo. “No entanto, reduzimos consideravelmente o risco do projeto desde a conclusão do estudo de viabilidade e, com uma sólida posição de caixa, acreditamos que devemos explorar todas as nossas opções para garantir que nossa escolha final minimize a diluição e maximize o retorno para nossos acionistas.”

No relatório de Análise do Desempenho do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Amarillo tinha um acordo de exclusividade com um financiador estabelecido. Desde a assinatura do acordo, a Amarillo recebeu a Licença para instalar, assinou um acordo para construir uma linha de energia e começou a engenharia detalhada, avançando significativamente e reduzindo os riscos do projeto. Dessa forma, a companhia acredita que poderia obter termos melhores do que os originalmente contemplados e decidiu permitir que a exclusividade expire.

A Amarillo está reconsiderando os termos do financiador e atualmente possui vários interessados que iniciaram seus processos de due diligence. Embora seja difícil prever quanto tempo esse processo levará, com US\$ 40,7 milhões em dinheiro, a empresa tem a flexibilidade para investigar todas as opções de financiamento, mesmo enquanto continua a desenvolver Posse.

A estratégia da Amarillo é fazer os gastos necessários para cumprir o cronograma para Posse, minimizando sua exposição financeira até que o financiamento total da construção seja obtido. Os avanços incluem: aquisição de 85% do terreno da área do projeto e o restante deverá ser adquirido nos próximos meses; 37% da engenharia geral detalhada do projeto, incluindo 91% da engenharia detalhada dos primeiros trabalhos, concluída. O saldo da engenharia será baseado nas principais aquisições de equipamentos que serão adquiridos sujeitos ao financiamento do projeto.

O plano é comprar desenhos do fornecedor para o moinho de bolas para avançar a engenharia detalhada. O projeto de engenharia está em andamento para barragem de água, pilhas de estéril e estoque de minério de baixo teor, enquanto a planta de britagem foi adquirida e deve ter sua engenharia concluída em alguns meses.

As informações técnicas do circuito de moagem foram adquiridas e estão sendo analisadas. A Amarillo recebeu propostas de circuitos de filtração e eluição e planeja adquirir informações de engenharia de equipamentos.

Desde a assinatura do acordo para a linha de energia, a companhia adquiriu aproximadamente 70% do terreno necessário para a mesma. A engenharia foi concluída, a arqueologia foi revisada e a Licença de Instalação para a linha de força está pendente.

A análise técnica da subestação e a engenharia foram concluídas e a companhia adquiriu suprimentos para a subestação Porangatu. A instalação na subestação está prevista para breve. A Amarillo abriu um centro de treinamento na cidade de Mara Rosa em fevereiro e já realizou cerca de nove programas de treinamento. A empresa estabeleceu protocolos de saúde e segurança que incluem a criação de comitês de saúde e segurança que elegeram os representantes dos trabalhadores em conformidade com os regulamentos trabalhistas da área.

Após o final do primeiro trimestre, a empresa lançou um programa de perfuração de 8.500 metros visando quatro áreas próximas ao Depósito de Ouro Posse. O objetivo é identificar depósitos de ouro potencialmente econômicos que poderiam aumentar os recursos e reservas existentes em Posse e melhorar seu perfil de produção. Em Lavras do Sul, o foco de Amarillo permanece na retomada da atividade de exploração para desbloquear o potencial desta propriedade de alto nível para que possa abrir uma segunda frente de desenvolvimento. Amarillo também iniciou um programa de exploração lá após o final do trimestre.

A Amarillo teve alguns funcionários com casos de COVID-19, mas todos se recuperaram totalmente e a empresa continua a ter acesso total às propriedades e os consultores continuam a trabalhar sem interrupções.

No Canadá, a equipe de gestão baseada em Toronto tem trabalhado em casa desde meados de março de 2020. Até agora, a COVID-19 não teve um impacto material na condição financeira ou desempenho. No nível corporativo, a Amarillo lançou um novo site após o final do trimestre, bem como uma campanha de marketing agressiva com o objetivo de aumentar a conscientização para uma base mais ampla de acionistas potenciais. O dinheiro em caixa em 26 de maio de 2021 é de US\$ 40,7 milhões, a maior parte investida em contas de poupança e investimento de curto prazo que aguardam implantação para a construção de Posse, exploração e propósitos corporativos em geral.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 25/05/2021**

MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



### **SECRETÁRIO DO MME DEFENDE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS DURANTE WEBINAR**

*Projeto de lei busca ponto de equilíbrio no confronto entre a proteção dos interesses das comunidades indígenas e a geração de riquezas ao país com a atividade da mineração.*

A mineração em área indígena é, antes de tudo, uma opção que foi definida pela sociedade brasileira, desde 1988, quando a questão passou a ser prevista na Constituição Federal, mas que, até hoje, depende de regulamentação”. A afirmação é do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, ao participar, na última semana (17/05), do webinar “Mineração em Terra Indígena – Uma Agenda de Sustentabilidade”, promovido pelo Instituto Mineronegócios.

Em sua participação, Vidigal abordou aspectos jurídicos e políticos que envolvem o tema. Lembrou que a efetiva possibilidade de mineração em terras indígenas está em debate desde 1995, quando foi apresentado o primeiro projeto de lei para regulamentar o artigo 176, § 1º e 231, § 3º, da Constituição Federal, o que demonstra que o assunto vinha sendo tratado por outros governos desde aquela época.

Nesse contexto, ressaltou o PL 191/20 apresentado ano passado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, que está em tramitação na Câmara Federal e tem como escopo regulamentar a atividade mineral em terras indígenas. “O Brasil é o país que, seguramente, define as regras e critérios mais rígidos e exigentes para a mineração em terra indígena”, destacou o secretário. “Alguns países, dentre eles importantes nações europeias e asiáticas que têm mineração em terra indígena, não dispõem sequer de legislação específica a respeito, sendo a mineração em área indígena tratada do mesmo modo que em área não-indígena”.

“A proposta de lei no PL 191 prevê algumas condições e limitações que buscam exatamente encontrar um ponto de equilíbrio no confronto entre a proteção dos interesses das comunidades indígenas e a geração de riquezas ao País pela atividade da mineração”. Segundo Vidigal, o projeto prevê, dentre outras questões, a impossibilidade de mineração em comunidades isoladas e a necessidade de motivação para encaminhamento ao Congresso Nacional do pedido de autorização de mineração quando houver manifestação contrária das comunidades indígenas; ainda, a dupla geração de recursos financeiros em benefício da comunidade indígena afetada, como a indenização pela

limitação do usufruto de suas terras e também a participação nos resultados da extração mineral, bem como a necessidade de licitação das áreas com mineração autorizadas pelo Congresso Nacional.

Em breve retrospectiva, Vidigal lembrou outras iniciativas legislativas com o mesmo objetivo tomadas por todos os governos anteriores, desde 1995. O PLS 121/95, no governo Fernando Henrique Cardoso e o PL 1610/96, que tramitou na Câmara dos Deputados sob a relatoria do deputado federal Eduardo Valverde, do PT. Em 2011, no governo Dilma Rousseff, foi lançado o Programa Nacional de Mineração (PNM 2030), definindo as políticas públicas para o setor mineral, e no qual constou como terceiro desafio para a mineração na Amazônia a regulamentação da mineração em terra indígena, “objetivando disciplinar a relação entre esta atividade e as populações indígenas ali radicadas”, como consta no documento.

Em sua palestra, o secretário ponderou que “a regulamentação dos artigos 176, § 1º e 231, § 3º da Constituição, portanto, não comporta ser tratada e avaliada sob o aspecto meramente político-ideológico, como geralmente tem ocorrido nos debates deste tema”. “A questão deve ser analisada e entendida como um desafio no interesse do País, além do efetivo cumprimento do que está estabelecido em nossa Carta Magna”, enalteceu Vidigal.

### **Âmbito internacional**

Vidigal chamou atenção para a abordagem do tema no campo internacional e ressaltou que, assim como proposto no PL 191/20, Estados Unidos, Canadá e Austrália deram solução satisfatória à mineração em área indígena, sem qualquer rejeição pela comunidade internacional, pelas grandes corporações ou pelos investidores internacionais. “Nenhuma outra política pública no Brasil conseguiu tratar, com eficiência, o problema da atividade minerária ilícita que se arrasta há décadas”, frisou o secretário, para quem este é um desafio que o atual governo está disposto a enfrentar com honestidade de propósitos e transparência.

“Com mais de 460 áreas demarcadas e uma população de cerca de 900 mil indígenas, se é certo afirmar que muitos indígenas não querem a mineração em suas áreas, é certo afirmar, também, que muitos deles a querem. E mais de 50 comunidades indígenas já apresentaram apoio ao PL 191”, ressaltou o secretário. E lembrou que para o segmento indígena que quer a mineração, a Constituição Federal se converte em um direito que lhe está sendo negado. Portanto, assim como se tem que respeitar a voz dos indígenas que não querem a mineração, tem-se que respeitar também a voz daqueles que a querem.

### **Desafio**

A situação de bem-estar e de uma vida digna dos indígenas no Brasil, conforme expôs o secretário, é muito insatisfatória, sem adequadas condições que lhes garantam educação, assistência médica, alimentação e mesmo a preservação de suas culturas. Ele ressaltou que “com as receitas que serão geradas com a mineração e que serão revertidas em benefício das comunidades indígenas este cenário de abandono e penúria certamente será revertido”. E, ante as resistências que o PL 191/20 vem sofrendo, Vidigal lançou o desafio para se saber quem realmente está preocupado em solucionar os problemas que acometem as comunidades indígenas no País.

### **Garimpo irregular**

Vidigal também falou sobre a atividade do garimpo irregular no Brasil. Lembrou que há na Amazônia cerca de 1 milhão de garimpeiros, muitos em atividade ilícita, e o poder público nunca teve a capacidade de enfrentar de modo eficiente essa complexa realidade. Lembrou que as centenas de milhares de famílias que vivem do garimpo não têm outra fonte de renda para sua subsistência. Assim, tratar da questão do garimpo ilícito na Amazônia é mais do que uma questão ambiental e de repressão, mas também uma questão social complexa e que tem que ser considerada na resolução do problema.

Com a regulamentação proposta pelo PL 191, haveria a oportunidade de se trazer a atividade para a legalidade, com todos os benefícios decorrentes, como a possibilidade de uma atividade controlada, profissionalizada e voltada à observância das melhores práticas de sustentabilidade, “e disso se beneficiando as comunidades indígenas e a sociedade como um todo”.

Ele ressaltou que, para o garimpo, o PL 191/20 exige não apenas a oitiva dos indígenas, mas o efetivo consentimento da atividade minerária. “Não se resolve um problema se afastando dele, mas, sim, enfrentando-o com disposição, como é o que se está buscando fazer”, frisou Vidigal. Segundo o secretário, as medidas de mera repressão que sempre foram adotadas para enfrentar as atividades ilícitas de mineração, “embora devam continuar, já se mostraram esgotadas para a solução do problema e devem se associar a outras alternativas, como proposto no PL 191/20, sob pena de se estar ‘enxugando gelo’ e se fugindo do problema”.

### **Desenvolvimento e sustentabilidade**

Encerrando a palestra, Vidigal destacou que a sociedade atual já fez sua opção por um estilo de vida com elevado uso de equipamentos com recursos tecnológicos e que continuam em permanente desenvolvimento. E para atender a essas demandas da humanidade é imprescindível cada vez mais se ter a oferta de bens minerais, principalmente daqueles necessários a um processo de transformação e usos mais sofisticados. E até mesmo para atendimento ao apelo e compromisso global de redução da emissão de carbono, com a produção de energia limpa e expansão da eletromobilidade, além da evolução dos recursos tecnológicos imprescindíveis à medicina,

comunicações, infraestrutura, transportes, medicamentos, alimentos, indústria, é necessária uma grande oferta de bens minerais mais incomuns. E estes não estão onde se quer, mas onde a natureza os colocou, sendo a Amazônia uma área de grande importância para o aproveitamento desses minerais.

O Brasil, que produz mais de 80 bens minerais, possui muitos deles em áreas indígenas. Neste cenário, a mineração é a atividade econômica que produz muita riqueza em menor área. Além disso, a mineração contemporânea, com as compensações ambientais e sociais demandadas, exige elevados padrões de sustentabilidade, inclusive firmando-se como importante parceira para o desenvolvimento local.

Segundo o secretário, “se as grandes corporações mundiais, os investidores internacionais e os países desenvolvidos realmente estiverem interessados em enfrentar o problema do conflito entre a mineração descontrolada e a necessidade do respeito à preservação do meio-ambiente e do atendimento aos interesses das populações indígenas no Brasil, devem apoiar e não se afastar da solução que está contida no PL 191/20”. “É chegada a hora de discutirmos e debatermos a questão da atividade minerária de forma responsável, transparente, com honestidade de propósitos e com argumentos consistentes”, concluiu Vidigal.

**Fonte: MME**

**Data: 24/05/2021**



### **MINISTRO DE MINAS E ENERGIA CONHECE SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS DO ESPÍRITO SANTO**

*Espírito Santo é o maior produtor e exportador de rochas do Brasil. No primeiro quadrimestre deste ano, o setor teve crescimento de 28,5% no faturamento.*

O Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, conheceu nesta quarta-feira (19/05) de perto o setor de rochas ornamentais do estado do Espírito Santo, maior produtor e exportador de rochas do Brasil. A viagem foi realizada a convite do deputado federal Evair Vieira de Melo (PP-ES).

Durante a visita, o Ministro conheceu grandes empresas do setor, como a CS3 Revestimentos, que possui expressiva atuação no mercado de rochas ornamentais e revestimentos sintéticos no Brasil e em 27 países. Também conheceu a Bramagran, empresa de rochas ornamentais com mais de 30 anos no mercado, e a MG2, que está ampliando seu parque industrial para atender o mercado interno e externo.

Além disso, realizou visita à Itaoca Pedra, em Cachoeiro de Itapemirim, onde foram apresentados os processos para extração de materiais. Também visitou a empresa Mineração Capixaba, pioneira na extração de mármore na região Sul do estado. E a MAGBAN, onde foram apresentados processos de beneficiamento dos principais materiais trabalhados.

As exportações brasileiras de rochas ornamentais apresentaram, no primeiro quadrimestre deste ano, um crescimento de 28,5% no faturamento em relação ao mesmo período de 2020. As exportações capixabas também tiveram crescimento de aproximadamente 28%. Os dados foram divulgados nesta semana pelo Centrorochas e Sindirochas, entidades representantes do setor.

“Temos muitas possibilidades de aumentar as exportações e o crescimento do setor. Estamos cada vez mais estreitando nossa relação com o Ministério e isso nos motiva”, disse Tales Machado, Presidente do Sindirochas.

O Espírito Santo é responsável por 82% das exportações nacionais. De janeiro a abril deste ano, os municípios que mais exportaram foram Serra (24,5%), Cachoeiro de Itapemirim (21,2%) e Barra de São Francisco (11,9%). Nos quatro primeiros meses do ano, o setor nacional enviou cerca de 655,5 mil toneladas entre chapas e blocos. Estados Unidos (42,6%), China (27,4%) e Itália (6,4%) receberam a maior quantidade de produtos brasileiros.

“Estou muito feliz em conhecer esse importante setor, não só para a atividade econômica do Espírito Santo, mas também do País. Como brasileiro, estou orgulhoso de ver como a atividade é desempenhada com tanto profissionalismo e comprometimento com a sociedade e o ambiente”, afirmou Bento Albuquerque.

O deputado Evair de Melo afirmou que a visita agregará mais conhecimento ao MME. “A visita ministro nos dá muita confiança no respeito que o Governo Federal tem ao setor empresarial. Isso permite que o ministério esteja melhor embasado no trabalho para desburocratizar a extração e processo de rochas e avanço nas questões ambientais”, ressaltou.

O deputado ainda informou sobre possível parceria para garantir a presença das indústrias capixabas em feiras internacionais. “Nos próximos dias, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos assinará com o Sindirochas e Centrorochas um contrato para que possamos ampliar a participação em feiras internacionais, um montante que deve ultrapassar R\$ 30 milhões em investimentos”, disse.

Participaram da visita o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Alexandre Vidigal, e os parlamentares Hélio Lopes (PSL-RJ), Sanderson (PSL-RS) e Soraya Manato (PSL-ES).

[Saiba mais aqui](#)

**Fonte: MME**

Data: 19/05/2021



### **REGRAS PARA BARRAGENS DE MINERAÇÃO ESTÃO EM APERFEIÇOAMENTO E SOCIEDADE PODE AJUDAR**

*ANM faz um chamado para a contribuição de uma nova resolução mais completa e robusta*

As normas que regem as barragens de mineração serão aperfeiçoadas e a ANM está ouvindo a sociedade e o setor mineral para coletar contribuições para uma nova resolução. A proposta, além de unir em um só regulamento todos os normativos que tratam de barragens de mineração, deixa as regras de segurança mais rígidas para as mineradoras e seguras para a população. A Tomada de Subsídios 04/21 fica aberta até 01 de junho.

O texto traz muitas mudanças: são 42 novos itens, como a proibição de construção de barragens onde há população (na Zona de Auto Salvamento) e a obrigatoriedade de caução e garantias das mineradoras para casos de acidentes, a fim de minimizar o impacto social e ambiental. Além disso, a proposta aumenta o valor das multas, obriga as empresas a terem um processo de gestão de riscos para as barragens com DPA (dano potencial associado) alto e todas as estruturas inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) passam a ser obrigadas a ter um Plano de Ação de Emergência de Segurança de Barragens de Mineração (PAEBM).

A proposta de resolução está alinhada às melhores práticas internacionais e cria também duas novas ferramentas. Com a Certificação de Barragens, a ANM classifica a estrutura – de A a D – por gestão de operação. Já o banco de empresas de consultoria em barragens, permite que apenas os profissionais cadastrados possam emitir à ANM documentos que comprovem sua segurança, como a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE,) Revisão Periódica de Segurança Barragens e o Relatório de Inspeção de Segurança Regular.

Além das novidades, o texto faz uma consolidação dos normativos já existentes sobre barragens de mineração em um único regulamento, de acordo com o decreto presidencial nº 10.139/2019. Para isso, a ANM também promoverá uma reunião participativa, dia 18 de maio, às 8h30, para colher subsídios da sociedade, do setor regulado e dos órgãos públicos e unir todas as normas vigentes.

Para participar da Tomada de Subsídios 04/21 [clique aqui](#).

**Fonte: ANM**

**Data: 15/05/2021**